



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Ceas – CE
Rua Jaime Benévolo, nº 21 – 2º Andar – Salas 001/002 Bairro: Centro
Tels: (85) 98523-7649 98523-7414
CEP: 60.050-080 Fortaleza/CE
E-mail: ceas@sps.ce.gov.br [site: www.ceas.ce.gov.br](http://www.ceas.ce.gov.br)

29 ANOS DE CONTROLE SOCIAL DO SUAS

ATA DA 313ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO Ceas-CE

Aos seis dias do mês de junho ano de dois mil e vinte quatro, no horário das oito horas e trinta minutos, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria da Proteção Social – SPS (vizinho ao auditório), situada a Rua: Soriano Albuquerque, 230 – Bairro: Joaquim Távora - Fortaleza/CE, o Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas-CE), sob a coordenação da Conselheira Titular Lúcia Elizabeth Moura Rodrigues Presidente desse Conselho, representando a Fundação Dr. Antônio Dias Macedo, e iniciou a referida reunião onde **Registrou as presenças dos(as) Conselheiros(as):**Sandra Maria Ferreira de Moraes (Conselheira Suplente em Situação de Titularidade – Secretaria da Proteção Social – SPS);Márcia Maria Soares Gurgel(Conselheira Suplente em Situação de Titularidade – Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag); Cláudia Maria de Meneses Vieira (Conselheira Suplente em Situação de Titularidade – Secretaria da Fazenda – Sefaz); Maria Rose Jane Ribeiro Albuquerque e Maria de Sousa Pereira (Conselheiras Titular e Suplente – Secretaria de Ciências, Tecnologia de Educação Superior – Secitece); Cristiane Maria Alves e Ana Cláudia dos Santos Silva (Conselheiras Titular e Suplente – Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Assistência Social – Coegemas); Márcia Maria Sousa Monteiro da Silva (Conselheira Suplente – Agência de Desenvolvimento Econômico e Social – ADES); Ana Patrícia Martins Lima (Conselheira Suplente em Situação de Titularidade – Sociedade para o Bem Estar da Família – Sobef); José Augusto Fernandes Coelho (Conselheiro Titular – Associação dos Servidores da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – Asstds); Lúcia de Fátima da Silva Parente (Conselheira Suplente – Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará – Sasec); Maria Conceição Moreira Azevedo(Conselheira Suplente em Situação de Titularidade – Conselho Regional de Psicologia – CRP 11ª Região); Cosme Costa Lima (Conselheiro Titular - Usuário do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Bairro João XXIII do Município de Fortaleza/CE); Maria Inácio da Cruz (Conselheira Suplente em Situação de Titularidade - Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Paraipaba/CE);Judite Freitas Mesquita(Conselheira Titular - Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Aquiraz/CE). **Registrou as ausências com justificativas dos(as) Conselheiros(as) de:** Sílvio Rodrigo Alves Ferreira (Conselheiro Titular – Secretaria da Saúde – SESA) ; Rute Almeida Teobaldo (Conselheira Titular – Secretaria da Fazenda – Sefaz); Vilani Vladia Mota Freitas (Conselheira Suplente – Serviço Social do Comércio – SESC); Erivânia Bernardino Cruz (Conselheira Suplente - Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Ceará); Francisca Maria de Souza Barros (Conselheira Suplente - Usuária do Centro de Referência de Assistência Social do Bairro João Paulo II do município de Fortaleza/CE). **Registrou as ausências sem Justificativas de:** Maria Meirilene Lopes Brito (Vice-Presidente – Conselheira d Titular – Secretaria da Proteção Social – SPS);Valberg Barbosa Cavalcante (Conselheiro Titular – Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag); Eljomara Germana Barros Pinto e Elvira Carvalho Motas (Conselheiras Titular e Suplente – Secretaria de Educação – Seduc); Thalita Helena Cristian Oliveira(Conselheira Suplente – Secretaria da Saúde – SESA); Kricia da Silva Laurentino e Ana Roberta Martins de Almeida Xavier (Conselheira Suplente – Secretaria das Cidades); Joelise Collyer Teixeira de Paula e Antônio Robério Teixeira Rodrigues (Conselheiros Titular e Suplente – Casa Civil); Hariely de Souza Alexandrino (Conselheira Titular – Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará – APDMCE);Francisca Emmanuella Saraiva Martins (Conselheira Titular – Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves – AMCTN); Régia Maria Prado Pinto (Conselheira Titular – Conselho Regional de Serviço Social – Cress – 3ª Região); Jeanne da Silva Santiago Siqueira (Conselheira Titular – Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – Regional Ceará – Abrato-CE). Registrou a presença da técnica Regina Praciano – Coordenadoria da Segurança Alimentar da SPS. Parabenizou a Conselheira Maria Inácio

58 da Cruz pela passagem de seu aniversário. Apresentou a pauta com os seguintes pontos de pauta: **01.**
59 **Abertura. 02. Aprovação das Atas das 312ª Reunião Ordinária do Ceas-CE realizada no dia 25**
60 **de abril de 2024 e da 65ª Reunião Extraordinária do Ceas-CE realizada no dia 23 de abril de**
61 **2024, bem como, aprovação da Pauta da 313ª Reunião Ordinária. 03. Apresentação da**
62 **execução do Cartão Sem Fome no Estado do Ceará (Impactos e Desafios). 04. Relatos Sucintos**
63 **das Reuniões Ordinárias das Comissões Temáticas: Políticas e Programas(Parecer sobre**
64 **Relatório de Gestão do Ceas-CE – referente ao ano de 2023).Recursos Humanos e Capacitação**
65 **(Parecer do Relatório de Gestão do Ceas-CE – exercício 2023; Elaboração do Plano de Ação da**
66 **Comissão Temática – 2024 a 2026; Eleger a Coordenador(a) Relator(a) da Comissão**
67 **Temática).Normas e Articulação (Parecer do Relatório de Gestão do Ceas-CE – exercício 2023;**
68 **Elaboração do Plano de Ação da Comissão Temática – 2024 a 2026; Parecer dos Ofícios em**
69 **respostas as ausências dos Municípios na 15ª Conferência Estadual, Parecer do Relatório de**
70 **entidades de assistência social, certificadas ou com certificado válido no exercício de 2023. (Relato**
71 **da Reunião Extraordinária da Comissão).(Apreciação da Nota de Recomendação do Ceas-CE sobre**
72 **o cumprimento do artigo 30 da LOAS para ser encaminhado aos CMAS). Controle e Financiamento**
73 **(Parecer do Relatório de Gestão do Ceas-CE – exercício 2023; Parecer sobre o Plano de Apoio de**
74 **Estado para o Município de Moraújo. Parecer sobre a Prestação de Contas do Programa Tauá**
75 **Solidário). Acompanhamento as Condicionalidades do Programa Bolsa Família e da Gestão do**
76 **Cadastro Único (A luz das Atribuições da Comissão Temática elaborar o Plano de Ação – período**
77 **2024 a 2026, Eleição do(a) Coordenador(a) e do(a) Relator(a) da Comissão Temática; Parecer sobre o**
78 **Relatório de Gestão do Ceas-CE – 2023. Acompanhamento aos Conselhos Municipais de**
79 **Assistência Social (Parecer sobre o Relatório de Gestão do Ceas-CE – 2023; Parecer sobre o**
80 **Relatório de entidades de assistência social, certificadas ou com certificado válido no exercício de**
81 **2023 encaminhado pelo CNAS. Presidência Ampliada. 05. Relatos da Comissão Eleitoral com**
82 **aprovação do Edital e Regimento Interno da Assembleia Geral de escolha/eleição das**
83 **representações da sociedade civil para compor o Colegiado do Ceas-CE- 2024 a 2026. 06.**
84 **Relato sucinto das Visitas aos CMAS de Missão Velha e Penaforte. 07. Informes da Presidência,**
85 **dos(as) Conselheiros(as) e Secretaria-Executiva do Ceas-CE. 08. Encerramento. A Presidente**
86 **do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues, cumprimentou a todos(as), falou das dificuldades do Conselho de**
87 **se reunir por falta de local para funcionar por conta do problema na subestação na Casa dos**
88 **Conselhos. A Conselheira Márcia Monteiro disse que essa situação está insuportável e que deveria**
89 **chamar o Secretário-Executivo da Proteção Social Paulo Guedes para ouvir os(as) Conselheiros(as) e**
90 **dizer quando esse problema será sanado. Como o Secretário-Executivo não estava na Secretaria, foi**
91 **convidado o Senhor Alberir da Secretaria Administrativa e Financeira da SPS, que não atendeu o**
92 **convite da plenária. Assim, a Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues iniciou a reunião**
93 **indagando se todos(as) receberam as Atas das 312ª Reunião Ordinária do Ceas-CE realizada no dia**
94 **25 de abril de 2024 e, da 65ª Reunião Extraordinária do Ceas-CE realizada no dia 23 de abril de 2024,**
95 **se leram, se tinha alguma contribuição. Como não houve nenhuma manifestação as atas foram**
96 **aprovadas. Em seguida houve aprovação da Pauta da 313ª Reunião Ordinária. Mas com relação aos**
97 **relatos sucintos das Comissões Temáticas foram postergados porque as Comissões Temáticas não**
98 **se reuniram por conta do problema com a subestação. Em seguida, convidou a técnica Regina**
99 **Praciano da Coordenaria de Segurança Alimentar e Nutricional da SPS para apresentar a execução**
100 **do Cartão Sem Fome no Estado do Ceará (Impactos e Desafios). Com a palavra Regina Praciano**
101 **agradeceu o convite e informou que já esteve neste Conselho como Presidente e Vice-Presidente em**
102 **duas gestões e, que tem muito apreço por todos(as). Em seguida, iniciou sua apresentação com a**
103 **seguinte pergunta: PARA QUE ESSE PROGRAMA? Disse que o Ceará, na última década, aumentou**
104 **muito o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar, principalmente os domicílios**
105 **classificados como em situação de IA grave (insegurança alimentar), quando se compara dados de**
106 **diferentes pesquisas. A situação de IA grave corresponde a sentir fome e não comer por falta de**
107 **dinheiro para comprar alimentos; fazer apenas uma refeição ao dia, ou ficar o dia inteiro sem comer. O**
108 **percentual de domicílios cearenses nessa condição mais que triplicou, entre 2018 e 2022. Em 2013,**
109 **de acordo com dados da PNAD(Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio), 5,1% dos domicílios**
110 **cearenses se encontravam em situação de IA grave(insegurança alimentar grave). Esse número**
111 **subiu para 6,2%, em 2018, de acordo com dados da POF(pesquisa de orçamento familiar)**
112 **(2017/2018) e chegou a 26,3%, segundo dados da II VIGISAN(Aplicativo de uma rede brasileira de**
113 **pesquisa em Soberania e segurança alimentar e nutricional), realizada pela rede PENSSAN(Plano**
114 **Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional). Disse ainda que, a FOME TEM COR: 65% dos lares**

115 comandados por pessoas pretas ou pardas convivem com a ISAN(índice de insegurança alimentar e
116 nutricional). A FOME TEM GÊNERO: As mulheres são as mais impactadas: 19,3% dos lares
117 comandadas por elas convivem com a fome, comparado com 11,9% dos lares chefiados por homens.
118 A FOME TEM LUGAR: As formas severas da INSAN atingem fatias maiores da população nas
119 REGIÕES NORTE (45,20%) e NORDESTE (38,4%). Pacto pelo combate a fome e pela
120 implementação da Política de segurança alimentar: Programa Ceará Sem Fome. Duas Diretrizes:
121 \Ações emergenciais (ações rápidas a curto prazo para possibilitar o acesso imediato a alimentação
122 junto aos mais vulneráveis). \Ações estruturantes (políticas públicas: de produção, abastecimento de
123 alimentos, com foco no fortalecimento da agricultura familiar e no acesso ao alimento adequado e
124 saudável). Cartão Ceará Sem Fome: **Objetivos:** Contribuir com a redução da Insegurança Alimentar
125 Grave no Ceará; Apoiar os municípios, no atendimento às famílias em extrema pobreza e
126 vulnerabilidade social, com acesso à alimentação. Tendo como público famílias domiciliadas no
127 Estado do Ceará, selecionadas por conjunto de critérios estabelecidos pelo Instituto de Pesquisa e
128 Estratégia Econômica do Ceará – Ipece e cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas
129 Sociais, com cadastro atualizado nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, e que atendam,
130 cumulativamente, aos seguintes critérios. Critério de Seleção: \sejam beneficiárias do Bolsa Família,
131 com renda per capita de até R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais), já incluídos nesse cálculo, além da
132 renda declarada no Cadastro Único, os valores recebidos do Bolsa Família, à exceção do Benefício
133 Variável Nutriz – BVN, previsto na alínea “b” do inciso IV do §1º do art. 7º da Lei Federal n.º 14.601,
134 de 19 de junho de 2023; \ter como responsável familiar no CadÚnico, preferencialmente, pessoa do
135 sexo feminino; \ter, preferencialmente, como responsável familiar no CadÚnico pessoa com baixa
136 escolaridade (sem ensino fundamental completo); \ter em sua composição, pelo menos, uma criança
137 ou adolescente de até 14 (quatorze) anos; e \não estar com o benefício do Bolsa Família bloqueado
138 ou suspenso. Público: § 1º A família será considerada apta para o efetivo recebimento do Cartão-
139 Alimentação se, atendidos os critérios de acesso previstos neste artigo, for efetivada, pelo município
140 de sua residência, a atualização cadastral no CadÚnico, com posterior validação desses critérios de
141 acesso no Sistema Informatizado de Gestão do Cartão. § 2º As famílias que atenderem o disposto
142 neste artigo estarão aptas para recebimento do Cartão-Alimentação, desde que mantidos os critérios.
143 § 3º A quantidade de famílias a serem beneficiadas pelo Cartão-Alimentação observará o quantitativo
144 definido pelo Ipece para cada município, com base na estimativa do total de famílias que atendem os
145 critérios estabelecidos neste Decreto e elaborada a partir do banco de dados do Cadastro Único e da
146 Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, observado o limite orçamentário e financeiro do
147 Estado. § 4º Caso, em algum município, o número de famílias aptas a receber o benefício do Cartão-
148 Alimentação seja inferior a 100 (cem), caberá ao IPECE emitir uma listagem específica para essa
149 localidade, aumentando o limite de renda per capita da família beneficiada pelo Bolsa Família a fim de
150 que se consiga atingir o quantitativo mínimo, priorizando as famílias com menor renda per capita, com
151 maior quantidade de crianças e composta pelo maior número de pessoas.(inclusão a partir de
152 articulação com COEGEMAS).Em seguida apresentou a Nota Técnica do IPECE N°80 de 2023 –
153 Aumento das Famílias para 2024.Com a volta do Programa Bolsa Família, além da mudança na
154 composição da cesta de benefícios, o governo federal aumentou o limite do valor da renda *per capita*
155 que torna uma família elegível para R\$ 218 mensais por pessoa. Desde então, esse valor passou a
156 ser considerado como a linha de pobreza que e passou ser utilizado para avaliar a eficácia do
157 programa. A eficácia diz respeito a contribuição do programa para a redução da pobreza entre os
158 beneficiários e não na população em geral. Por esse critério, uma família sai da pobreza se a renda
159 declarada no Cadastro Único somada as transferências do Programa Bolsa Família superar a linha de
160 pobreza. Passou em seguida a falar sobre a Matriz de Competências do Estado: I. Identificar na base
161 de dados do Cadastro Único, as famílias elegíveis ao Projeto, considerando os critérios de acesso e
162 de priorização previamente definidos no Projeto; II. Disponibilizar para os municípios, a listagem de
163 famílias elegíveis ao Projeto e publicizar no site oficial da SPS a relação das famílias validadas; III.
164 Adquirir e repassar os Cartões Alimentação aos gestores municipais, assim como suspender ou
165 cancelar diante das situações previstas; IV. Prestar apoio técnico institucional às equipes locais; V.
166 Realizar e/ou apoiar estudos e pesquisas que contribuam para o aperfeiçoamento do Projeto,
167 monitoramento e avaliação para a gestão integrada. Matriz de Competências do Município: I. Manter a
168 gestão intersetorial e multidimensional do projeto; II. Realizar a busca ativa das famílias; III. Enviar à
169 SPS a relação das famílias validadas; IV. Realizar a entrega dos cartões alimentação; V. Inserir no
170 CadÚnico as famílias não cadastradas e identificadas no perfil do Projeto, informando a SPS as
171 famílias identificadas no perfil do Projeto que não constam na relação; VI. Encaminhar para a rede

172 socioassistencial e para as diferentes políticas públicas, as famílias do projeto em conformidade à
173 situação de vulnerabilidade identificada com vistas a sua superação, focando e avaliando o Projeto;
174 VII. Atualizar o Cadastro Único e outros sistemas de informação. **Resultados esperados com a**
175 **execução do Programa:** \Combater o quadro de fome apresentado no Ceará; \Redução da
176 insegurança alimentar grave no estado do Ceará; \184 municípios apoiados na concessão Cartão
177 alimentação; \Famílias e Pessoas em extrema pobreza e situação de vulnerabilidade social de 184
178 municípios recebendo Cartão-Alimentação, tendo acesso ao preparo de alimentação saudável;
179 \Municípios assistidos apresentando mudanças no consumo alimentar, levando a melhoria do Índice
180 de Insegurança Alimentar e Nutricional; \Viabilizar o incremento da economia com o consumo em
181 comércios alimentícios locais, inclusive no fortalecimento da agricultura familiar; \Programas e
182 projetos articulados e integrados na perspectiva do combate à fome e na promoção da Segurança
183 Alimentar e Nutricional (SAN) em articulação principalmente entre SUAS e SISAN. Impactos: \
184 Segurança Alimentar volta a crescer em 2023; (Pesquisa 4º trimestre – 2023 / IBGE / PNAD /
185 Contina).\Produção de 02 notas técnicas (IPECE); \Edital de Estudos e Pesquisas com Universidades
186 (FUNCAP); \Redução da INSAN; \Políticas públicas Integradas (Plano Estadual de Qualificação e
187 Empreendedorismo). Em seguida apresentou o quadro da Insegurança Alimentar e Nutricional :
188 **Mulheres 59,4%, Pretos e Pardos 69,7%, Responsáveis Sem Instruções ou Fundamental**
189 **Incompleto 67,4%.** No Ceará 64,9% em Segurança Alimentar sendo: 21,4% INSAN Leve, 7,4%
190 INSAN Moderada, 6,2% ISAN Grave. Rendimento Familiar dos Beneficiários do Cartão Sem Fome –
191 Cartão 53.212. Renda per capita com Bolsa Família :Pobreza (R\$142,00 a R\$218,00)-83%;
192 Rendimentos entre R\$358,00 a R\$672,00-2%; Rendimentos entre R\$672,00 a R\$706,00 - 0%;
193 Rendimentos acima de R\$706,00 - 0%. Características dos Beneficiários acima de 16 anos do Cartão
194 Ceará Sem Fome:✓ Mulheres 55,7%; ✓ Homens 44,3% ;✓ Pessoas com Deficiência - PCDs 2,8%; ✓
195 Sem instruções 11% ; ✓ Ensino Fundamental incompleto 46,6%;✓ Ensino Fundamental completo 9,8%
196 ;✓ Ensino Médio incompleto 19%; ✓ Ensino Médio completo 12,6%;✓ Ensino Superior Incompleto ou
197 Mais 0,5%; ✓ Sem resposta 0,6%. A término da apresentação foi aberto ao debate. **A Conselheira**
198 **Judite Freitas** falou que é importante essa apresentação pois muitas pessoas não sabem o que é
199 passar fome. E já passou por todas essas inseguranças. A técnica Regina Praciano respondeu que
200 nas pesquisas foi constatado que a fome tem cor e por isso foi pensado no Programa Ceará Sem
201 Fome. Há duas grandes diretrizes com ações emergenciais e ações estruturantes, fundamentais para
202 dar sustentabilidade à política. Se a assistência social sofreu com cortes de recursos, a segurança
203 alimentar ficou num estado muito grave. Isso não foi gerado apenas pela pandemia, mas por
204 problemas com as Políticas Públicas e mais uma série de coisas E que o Cartão Ceará Sem Fome
205 tem como objetivos contribuir com a redução da insegurança alimentar grave no Ceará e apoiar os
206 Municípios. Disse ainda que o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social -
207 Coegemas teve uma participação maravilhosa. E que estão trabalhando para acertar e dar autonomia
208 aos municípios. E que o cartão dá a possibilidade da pessoa escolher o seu alimento. O público foi
209 estudado pelo IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, de acordo com os
210 critérios definidos, de acordo com a renda per capita que foi para R\$218,00 (duzentos e dezoito reais).
211 E que estão respaldados junto ao Ministério Público, com a lista do Cadastro Único que é uma
212 ferramenta maravilhosa. Tudo é feito com estudos e critérios técnicos. **A Presidente do Ceas-CE,**
213 **Elizabeth Rodrigues,** com a palavra, disse que existem milhões de brasileiros que estão em situação
214 de insegurança alimentar grave. E que as vezes não dá tempo do Cadastro Único atualizar os dados,
215 algumas pessoas moram distante. A técnica Regina Praciano falou que é dado prazo para a
216 atualização, porque o Programa é novo e que desde fevereiro os municípios estão atualizando sem
217 nenhum problema. **A Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues,** questionou como fica o
218 descumprimento de condicionalidades? A técnica Regina Praciano informou que tudo é pactuado com
219 os Municípios e que vão fazendo as substituições. Tudo tem sido aprendizado e adaptação. **A**
220 **Conselheira Márcia Monteiro** perguntou se o Programa tem monitoramento e avaliação? A técnica
221 Regina Praciano respondeu que esse Programa é algo novo, mas estão avançando em
222 monitoramento e avaliação. **A Conselheira Judite Freitas** perguntou se o cartão pode ser cancelado?
223 E que se é necessário entender o que pode acontecer. A técnica Regina Praciano respondeu que
224 existem outros programas de transferência de renda, inclusive o Programa Bolsa Família. E que tem
225 também transferências que os municípios desenvolvem. E complementou se tivessem outras políticas
226 gerando autonomia, não seria necessário o cartão. **A Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues,**
227 disse que por meio do CRAS pode ser fortalecido o atendimento. E que estão sentindo dificuldade
228 para encaminhar as pessoas. **A Conselheira Judite Freitas** falou que é necessário ver as

229 condicionalidades. **A Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, disse que ninguém pode obrigar
230 ninguém a fazer nada. A técnica Regina Praciano falou que é difícil, mas estão trabalhando para a
231 qualificação no atendimento. O acesso a alimentação tem 4(quatro) eixos e que estão com 1080
232 cozinhas. “Esse é o maior Programa do Brasil ” que há uma grande produção de alimentos. E que há
233 ainda a Governança com Intersectorialidade das Políticas e da Gestão. É necessário a qualificação no
234 trabalho para combater também a fome. E que esse é um eixo que o Governador vai lançar, com data
235 prevista para o dia doze de junho. A SPS está na linha de frente e ganhando espaço. **O Conselheiro**
236 **José Augusto Fernandes** falou que o Programa Bolsa Família foi criado para tirar as pessoas da
237 fome. As famílias eram visitadas, mas os municípios começaram a cadastrar até gente da Prefeitura.
238 Disse que é necessário verificar o público que realmente necessita de ajuda. Após a apresentação a
239 **Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, abriu espaço para o debate. **A Conselheira Maria**
240 **Inácio da Cruz**, pediu a palavra e disse que no município de Paraipaba foi contemplada com uma
241 cozinha social mas, que ainda não tem sede própria. E quando tem que fazer uma reunião é embaixo
242 de uma mangueira. “A gente vai fazendo como dá. O que nós mais precisamos é conseguir um
243 espaço para a nossa Comunidade que é muito carente. Só conhecemos a necessidade de alguém
244 com a convivência. Já vi gente recebendo Bolsa Família que tem carro, comércio.” **A Presidente do**
245 **Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, com a palavra disse que isso requer uma manhã de discussão.
246 “Precisamos avançar .” **A Conselheira Maria Inácio da Cruz**, finalizou falando que a cozinha social é
247 muito útil. “A gente faz cem quentinhas por dia.” **A Conselheira Ana Cláudia dos Santos** parabenizou
248 o programa que tem ajudado a população a sair dessa situação agravante. “Os filhos do Bolsa Família
249 não vão mais precisar do Bolsa Família, pois estão recebendo uma estrutura para não precisar.
250 Ficamos triste quando chamam de Bolsa preguiça. A crítica é até uma questão cultural, mas também
251 existe quem não quer trabalhar porque recebe o Bolsa Família ”. A pergunta é sobre como vai ficar a
252 questão do cartão. **O Conselheiro Cosme Costa** falou que estava se incomodando com os estragos
253 de marmitas. “Nunca fui comer lá na cozinha social porque recebo o Bolsa Família, mas já vi gente
254 pegando marmita e estragando ”. Em seguida, perguntou como é feito o controle da distribuição das
255 marmitas? A técnica Regina Praciano falou que é triste o estrago. É necessário fazer denúncia E que
256 não veio aqui para apresentar a cozinha mas, podem outro dia fazer a apresentação de como
257 funciona a cozinha social. Existe uma lista das pessoas beneficiadas e há acompanhamento, mas
258 pode ter quem pegue mais de uma quentinha na família. As famílias estão cadastradas. É necessário
259 fazer o registro. E que isso lhe surpreende e que é feito o acompanhamento as cozinhas. Com relação
260 à vigilância sanitária, estão fazendo manuais e cartilhas, pois o Programa é novo e que estão
261 trabalhando para evitar desperdícios. Disse ainda que, o Programa começou em junho e as cozinhas
262 em setembro. E que estão em fase de adaptação. “Esse é o maior Programa do Brasil com 1080
263 cozinhas”. **A Conselheira Lúcia Parente** parabenizou a apresentação e falou que trouxe informações
264 que não sabia pois não faz parte de seu cotidiano. Disse que trabalha na Assistência Social dos
265 Direitos Humanos e representa o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará- Sasec e que
266 faz atendimentos em refeitório social de Fortaleza e já viu quentinha azeda. Em seguida, indagou: por
267 que para ser público, da assistência social, tem que ser miserável? Observei que o atendimento é de
268 segunda a sexta. E indagou se tem algum projeto para a distribuição no sábado, domingo e feriado? A
269 técnica Regina Praciano respondeu que foi planejado a distribuição de pelo menos, uma refeição por
270 dia. Mas que a Coordenadoria está pensando como fazer isso. Porque as pessoas que trabalham nas
271 cozinhas são voluntárias, e trabalham de segunda a sexta. E que está sendo mapeado uma rede de
272 atendimento que forneça sopão no final de semana. E que estão se organizando e que no mês de
273 novembro, estarão começar novos estudos. **A Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, falou
274 que o cartão pode ou não continuar. **A Conselheira Maria Inácio da Cruz**, pediu novamente a palavra
275 e disse que recebe uma mercadoria de qualidade, mas o frango é pouco para (100) sem pessoas. **A**
276 **Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, parabenizou o município de Paraipaba e todos(as)
277 que fazem o Programa Ceará Sem Fome na pessoa da técnica Regina Praciano. Em seguida
278 informou que as reuniões das Comissões Temáticas ficaram prejudicadas por conta do problema na
279 subestação mas que segundo a Secretária Executiva do Ceas-CE, Tereza Serra, se faz necessário a
280 aprovação do Edital de Convocação para a escolha / eleição de representantes da Sociedade Civil
281 para a composição do 14º Colegiado do Ceas CE – Gestão 2024 a 2026 e do Regimento Eleitoral da
282 Assembleia Geral de Escolha/Eleição dos(as) representantes da sociedade civil para compor o
283 Colegiado da 14ª gestão do Ceas – CE - período: 2024 à 2026, porque precisa encaminhar para o
284 Ministério Público e as representações da sociedade civil. **A Conselheira Judite Freitas** falou que
285 seria bom se informassem melhor as atribuições dos(as) usuários(as). **A Secretária Executiva do**

286 **Ceas-CE, Tereza Serra**, falou que o problema do brasileiro(a) é que não lê. Todas as informações
287 foram enviadas por e-mail. E que está aqui como Secretária Executiva pedindo aprovação do edital
288 para dar encaminhamento ao processo necessário à escolha/eleição dos(as) novos(as)
289 Conselheiros(as). A **Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, falou que tudo foi explicado, mas
290 algumas pessoas encontram dificuldade de compreensão. Em regime de votação indagou se
291 todos(as) concordam pela aprovação do Edital e Regimento. Tem os(as) participantes por
292 unanimidade aprovado a resolução. **RESOLUÇÃO Nº 140/2024 – Ceas-CE** que dispõe sobre a
293 aprovação da I Edital de Convocação para a escolha / eleição de representantes da Sociedade Civil
294 para a composição do 14º Colegiado do Ceas CE – Gestão 2024 a 2026 e do Regimento Interno da
295 Assembleia Geral. **RESOLVE APROVAR: Art. 1º** – O I Edital de Convocação para a escolha / eleição
296 de representantes da Sociedade Civil para a composição do 14º Colegiado do Ceas CE – Gestão
297 2024 a 2026 e do Regimento Interno da Assembleia Geral. **Art. 2º** - Esta resolução entra em vigor na
298 data de sua publicação. Passando outro ponto de pauta convidou a técnica de Apoio Roseli Ferreira
299 para apresentar os relatórios de visitas aos municípios de Pentecoste e Missão Velha. Com a palavra
300 a técnica de apoio Roseli Ferreira falou que muitas pessoas não conhecem a competência do Ceas-
301 CE. Relatou sobre as visitas ao CMAS de Missão Velha para averiguação de uma denúncia
302 encaminhada ao Ceas-CE e ao município de Penaforte foi mais para acompanhar as técnicas da
303 Coordenadoria de gestão do SUAS da SPS e aproveitando fez uma visita ao CMAS, onde fez
304 verificação de atas, reunião on line com os(as) Conselheiros(as). Nesse momento a **Secretária**
305 **Executiva do Ceas-CE, Tereza Serra**, pediu a palavra para informar que esse município (Missão
306 Velha) desde do ano de dois mil e vinte três vem sendo denunciado pelo não cumprimento das
307 normativas de execução do Sistema Único de Assistência Social e que agora, o Ceas-CE pediu a
308 técnica de apoio do Ceas-CE para visitar o município e indagar ao CMAS local se tinham
309 conhecimento da denúncia. Marcar uma reunião com o Colegiado, fazer a leitura da denúncia e
310 pontuar cada item da denúncia. A técnica Roseli Ferreira falou que o Ceas-CE fiscalizou e orientou.
311 Tem que existir a competência do Conselho. Foi feito uma reformulação em Missão Velha. Não existe
312 nenhum Município perfeito. Estamos trabalhando pela melhoria. Está sendo feito o acompanhamento.
313 **A Conselheira Márcia Monteiro** falou que essa denúncia chegou porque era necessária uma
314 intervenção do Estado. O que mais será feito? A técnica Roseli Ferreira falou que os CRAS estão
315 melhorando. Ainda é necessário haver adequações. Está havendo uma evolução. Novamente a
316 Secretária Executiva do CEAS, Tereza Serra entrevistou e falou que isso é gestão. É necessário falar do
317 controle social. Quais foram os encaminhamentos? A técnica de apoio Roseli Ferreira falou que eles
318 disseram que não chegou nenhuma denúncia e, que não foi feita fiscalização no equipamento. Estão
319 fazendo visitas às entidades. A **Secretária Executiva do Ceas-CE, Tereza Serra** reforçou que a
320 denúncia foi feita porque o CMAS não realiza a fiscalização nos equipamentos. A técnica de apoio
321 Roseli Ferreira relatou que os encaminhamentos dados aos municípios. Foi solicitado enviar relatório
322 da visita para o Ceas-CE. A **Secretária Executiva do Ceas-CE, Tereza Serra** falou que pode verificar
323 a denúncia, elaborar um instrumental e encaminhar ao CMAS, dando prazo para a resposta. Em
324 seguida indagou se todos(as) concordam com a proposta. Em seguida, já passando para os informes,
325 fez a leituras das matérias aprovadas na CIB-CE, sendo algumas para conhecimento e outras para
326 serem deliberadas no Ceas-CE. A **Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, disse que somente
327 deixou fluir a apresentação da técnica Regina Praciano porque as Comissões Temáticas não
328 apresentariam os relatórios, mas é necessário respeitar o tempo das pautas. Agradeceu a presença
329 de todos(as) e nada mais havendo a declarar deu por encerrada a presente reunião, agradecendo as
330 presenças de todos(as) e eu, Maria Tereza de Araújo Serra, lavrei a presente ata que após de lida e
331 aprovada, será assinada por todos(as) os(as) presentes. Fortaleza/CE, 06 de junho de 2024.

332

333

334

LÚCIA ELIZABETH MOURA RODRIGUES

Presidente do Ceas-CE
Fundação Dr. Antônio Dias Macedo

SANDRA MARIA FERREIRA DE MORAIS

Conselheira Suplente em Situação de Titularidade
do Ceas-CE
Secretaria da Proteção Social – SPS

<p>MÁRCIA MARIA SOARES GURGEL Conselheira Suplente em Situação de Titularidade do Ceas-CE Secretaria do Planejamento e Gestão - Seplag</p>	<p>CLÁUDIA MARIA DE MENESES VIEIRA Conselheira Suplente em Situação de Titularidade do Ceas-CE Secretaria da Fazenda – Sefaz</p>
<p>MARIA ROSE JANE RIBEIRO ALBUQUERQUE Conselheira Titular do Ceas-CE Secretaria da Ciência, Tecnologia e educação Superior - Secitece</p>	<p>MARIA DE SOUSA PEREIRA Conselheira Suplente do Ceas-CE Secretaria da Ciência, Tecnologia e educação Superior - Secitece</p>
<p>CRISTIANE MARIA ALVES Conselheira Titular do Ceas-CE Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Assistência Social-Coegemas</p>	<p>ANA CLÁUDIA DOS SANTOS SILVA Conselheira Suplente do Ceas-CE Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Assistência Social-Coegemas</p>
<p>MÁRCIA MARIA SOUSA MONTEIRO DA SILVA Conselheira Suplente do Ceas-CE Agência de Desenvolvimento Econômico e Social - ADES</p>	<p>ANA PATRÍCIA MARTINS LIMA Conselheira Suplente em Situação de Titularidade do Ceas-CE Sociedade para o Bem Estar da Família - Sobef</p>
<p>JOSÉ AUGUSTO FERNANDES COELHO Conselheiro Titular do Ceas-CE Associação dos Servidores da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - Asstds</p>	<p>LÚCIA DE FÁTIMA DA SILVA PARENTE Conselheira Suplente do Ceas-CE Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará - Sassec</p>
<p>MARIA CONCEIÇÃO MOREIRA AZEVEDO Conselheira Suplente em Situação de Titularidade do Ceas-CE Conselho Regional de Psicologia – CRP – 11ª Região</p>	<p>COSME COSTA LIMA Conselheiro Titular do Ceas-CE Usuário do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Bairro João XXIII do Município de Fortaleza/CE</p>
<p>MARIA INÁCIO DA CRUZ Conselheira Suplente em Situação de Titularidade do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Paraipaba/CE</p>	<p>JUDITE FREITAS MESQUITA Conselheira Titular do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Aquiraz-CE</p>
<p>MARIA TEREZA DE ARAÚJO SERRA Secretária Executiva do Ceas-CE</p>	